



# JORNAL OFICIAL

**I SÉRIE – NÚMERO 96**  
**QUARTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2012**

ÍNDICE:

**AASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

**Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A, de 19 de junho:**

Estabelece o regime de empréstimo de manuais escolares nos ensinos básico e secundário da Região Autónoma dos Açores, através de um fundo bibliográfico, bem como os critérios a que o mesmo deve obedecer.

**GOVERNO REGIONAL****Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2012/A, de 19 de junho:**

Altera a tipologia da Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira, na ilha do Corvo, para Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO****Declaração n.º 2/2012:**

Retifica a Resolução n.º 76/2012, de 6 de Junho, que autoriza a celebração de um contrato-programa, com carácter anual, entre a Região Autónoma dos Açores e a PJA – Pousadas de Juventude dos Açores, S. A. tendo em vista o desenvolvimento de programas e projetos relacionados com o Turismo Jovem nos Açores e de Ocupação de Tempos Livres dos Jovens, publicada no *Jornal Oficial*, I série, n.º 89, de 6 de junho de 2012.

**Declaração n.º 3/2012:**

Retifica a Resolução n.º 77/2012, de 6 de junho, que autoriza a celebração de um contrato programa entre a Região Autónoma dos Açores e a Pousadas de Juventude dos Açores, SA, destinado a promover a gestão do cartão Interjovem na operação 2012/2013, publicada no *Jornal Oficial*, I série, n.º 89, de 6 de junho.



**SECRETARIAS REGIONAIS DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA SAÚDE**

**Portaria n.º 65/2012:**

Altera o modelo do certificado de incapacidade para o trabalho por estado de doença (CIT) aprovado pela Portaria n.º 45/2011, de 17 de junho.

**JORNAL OFICIAL****ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A de 19 de Junho de 2012

**Empréstimo de manuais escolares**

As famílias açorianas cujos educandos frequentam o Sistema Educativo Regional são, anualmente, confrontadas com a necessidade de despendar avultadas quantias monetárias na aquisição de manuais escolares.

Com as medidas de austeridade anunciadas pelo Governo da República, maiores dificuldades estão a sentir as famílias na altura da aquisição dos materiais e recursos didático-pedagógicos para os seus educandos.

O empréstimo de manuais escolares e de outros recursos didático-pedagógicos, tendo enquadramento legal, não só em legislação regional como também nacional, nomeadamente no artigo 29.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, carece de melhor regulamentação e consequente aplicação prática.

Com o presente decreto legislativo regional propõe-se a implementação de um sistema de empréstimo de manuais escolares, instituído para benefício das famílias e dos alunos, qualquer que seja a sua condição socioeconómica.

Importa salientar que sistemas semelhantes têm vindo a ser desenvolvidos em vários países da Europa, com resultados muito positivos a nível da consolidação de noções de responsabilidade individual, consciência social e valoração dos meios e materiais escolares postos à disposição dos alunos. Este é, portanto, um diploma que pretende aliar a economia de meios a uma forte componente responsabilizadora dos alunos.

Este sistema não pode, contudo, deixar de ter como princípio orientador fundamental a equidade e a promoção da igualdade de oportunidades no acesso aos meios de informação, aos manuais escolares e a outros recursos didático-pedagógicos. Neste sentido, ao regulamentar-se um sistema complementar de apoio ao já previsto na ação social escolar, deverão sair reforçados estes princípios.

Defende-se neste diploma o reforço de um outro princípio fundamental: o da autonomia escolar.

Para a aplicação prática e profícua deste sistema de empréstimo de manuais escolares é obrigatória a criação, no âmbito da sua autonomia e no quadro dos correspondentes projetos educativos das escolas, de um fundo bibliográfico que dinamize a atribuição, recolha e gestão dos manuais escolares.

**JORNAL OFICIAL**

Ao reforçar-se aqui a autonomia escolar está-se não só a estreitar a ligação entre as unidades de ensino e a comunidade, no sentido de uma responsabilização direta mútua, mas também se assegura o equilíbrio económico e financeiro do sistema de empréstimo.

É, pois, de capital importância assegurar um sistema que dote o referido fundo bibliográfico dos meios necessários à realização de empréstimos dos manuais requisitados.

Este sistema só conseguirá atingir o efeito útil desejado se conseguir assegurar, por um lado, a reutilização do material e, por outro, a sua reutilização em condições de qualidade. Para tanto existe já a previsão legal da possibilidade de reutilização e adequação ao período de vigência de seis anos dos manuais escolares, que já deve ser um critério de avaliação e decisão das comissões de avaliação dos manuais.

Acresce a celebração de um contrato no ato de requisição dos manuais, entre a escola e o encarregado de educação. Este contrato assegura não só o regresso do manual ao fundo em condições de ser reutilizado, mas sobretudo tem o carácter pedagógico fundamental de educar para a responsabilidade o beneficiário do empréstimo e seus encarregados de educação que deverão ajudar a valorizar e a respeitar os manuais emprestados e a sua integridade.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

**CAPÍTULO I****Disposições gerais****Artigo 1.º****Objeto e âmbito de aplicação**

1 - O presente diploma estabelece o regime de empréstimo de manuais escolares nos ensinos básico e secundário da Região Autónoma dos Açores, através de um fundo bibliográfico, bem como os critérios a que o mesmo deve obedecer.

2 - O presente diploma aplica-se aos alunos dos ensinos básico e secundário da Região Autónoma dos Açores, incluindo os beneficiários do regime de ação social escolar.

**Artigo 2.º****Princípios orientadores**

O empréstimo dos manuais escolares assenta nos seguintes princípios orientadores:

- a) Promoção da igualdade de oportunidades e equidade no acesso aos manuais escolares;
- b) Responsabilidade individual de alunos e encarregados de educação na utilização dos manuais escolares, durante o período do empréstimo;

**JORNAL OFICIAL**

c) Autonomia escolar das unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional, sendo estas as únicas responsáveis pelo programa de empréstimos.

**Artigo 3.º****Definições**

Para efeitos do presente regime de empréstimo de manuais escolares entende-se por:

- a) «Fundo bibliográfico», o conjunto dos manuais escolares legalmente certificados e adotados pela unidade orgânica do Sistema Educativo Regional para os diferentes ciclos dos ensinos básico e secundário, com a exceção dos manuais escolares dos 1.º e 2.º anos do 1.º ciclo, dadas as suas especificidades;
- b) «Empréstimo», contrato de comodato celebrado entre a unidade orgânica do Sistema Educativo Regional e os encarregados de educação, que a ele queiram aderir voluntariamente, e pelo qual, mediante o pagamento de uma caução, se permite ao aluno a utilização de manuais escolares do fundo bibliográfico, com o dever de restituição no final do período estipulado, em condições de reutilização;
- c) «Caução», garantia especial, de natureza pecuniária, prestada pelos encarregados de educação.

**CAPÍTULO II****Sistema de empréstimo de manuais escolares****Artigo 4.º****Competência**

Incumbe ao órgão com competência executiva da unidade orgânica do Sistema Educativo Regional planear e assegurar a execução e gestão do fundo bibliográfico.

**Artigo 5.º****Fundo bibliográfico**

- 1 - O fundo bibliográfico é composto pelos manuais escolares destinados a empréstimo.
- 2 - Constituem receitas do fundo:
  - a) A dotação orçamental do departamento do Governo Regional com competência em matéria de educação;
  - b) As cauções perdidas a favor do fundo bibliográfico;
  - c) As dotações regulares ou extraordinárias, subsídios, participações ou liberalidades atribuídas por quaisquer entidades públicas ou privadas;

**JORNAL OFICIAL**

d) Outras receitas que o órgão com competência executiva da unidade orgânica do Sistema Educativo Regional entenda afetar ao fundo.

3 - Até ao termo do processo de adoção dos manuais escolares, os órgãos executivos das unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional têm de comunicar ao departamento do Governo Regional com competência em matéria de educação as previsões do custo da execução do sistema de empréstimos de manuais escolares.

4 - Integram ainda o fundo bibliográfico, após a sua utilização pelo aluno, os manuais escolares que sejam entregues aos respetivos beneficiários do regime de ação social escolar.

5 - Incumbe ao órgão com competência executiva da unidade orgânica do Sistema Educativo Regional a realização de ações de divulgação do presente regime, bem como incentivar que alunos, docentes e pais ou encarregados de educação cedam gratuitamente manuais escolares a integrar no fundo bibliográfico.

**Artigo 6.º****Empréstimo**

1 - São objeto de empréstimo os manuais escolares do fundo bibliográfico para os diferentes ciclos dos ensinos básico e secundário.

2 - O empréstimo implica a celebração de um contrato escrito entre a unidade orgânica do Sistema Educativo Regional e os encarregados de educação dos alunos que beneficiem do empréstimo.

3 - No final do ano letivo os alunos estão obrigados à devolução dos manuais escolares.

4 - O período de empréstimo coincide com o período de duração do respetivo ano escolar a que os manuais dizem respeito, com exceção dos manuais escolares das disciplinas objeto de exames, que serão entregues após a sua utilização.

**Artigo 7.º****Caução**

1 - No ato de empréstimo é prestada caução pelos encarregados de educação a qual corresponde a 20 % do preço de compra do manual escolar.

2 - A restituição da caução prestada é efetuada no final do respetivo ano escolar, depois de verificada a devolução, em condições de reutilização, dos manuais escolares.

3 - Os alunos beneficiários de auxílio económico relativo aos manuais escolares no quadro da ação social escolar estão isentos da prestação da caução prevista no n.º 1.

**JORNAL OFICIAL**

---

**Artigo 8.º****Sanções**

1 - É da responsabilidade dos encarregados de educação a observação dos deveres de guarda e conservação dos manuais escolares.

2 - Em caso de incumprimento dos deveres previstos no n.º 1, o aluno perde o direito ao empréstimo nos dois anos letivos subsequentes.

**Artigo 9.º****Conservação**

Só devem integrar o fundo bibliográfico os manuais escolares que se apresentem em estado de conservação que garanta a sua correta utilização e reutilização.

**CAPÍTULO III****Disposições finais****Artigo 10.º****Contrato de comodato**

O departamento do Governo Regional com competência em matéria de educação é responsável pela elaboração de um contrato tipo a aplicar ao regime de empréstimo de manuais escolares em todas as unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional, o qual é aprovado por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de educação.

**Artigo 11.º****Isenção**

As bibliotecas escolares dos estabelecimentos de ensino com ciclos obrigatórios estão isentas da remuneração do direito de comodato público dos autores de livros escolares, ao abrigo da Diretiva n.º 2006/115/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro.

**Artigo 12.º****Produção de efeitos**

O presente diploma produz efeitos a partir do ano letivo 2012-2013 de acordo com calendarização determinada por despacho do membro do Governo Regional competente em matéria de educação.



**JORNAL OFICIAL**

Aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 9 de maio de 2012.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 1 de junho de 2012.

Publique-se.

O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *Pedro Manuel dos Reis Alves Catarino*.

**GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**

**Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2012/A de 19 de Junho de 2012**

Pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 34/96/A, de 13 agosto, foi criada a Escola do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico (EB 1, 2, 3) de Mouzinho da Silveira, que entrou em funcionamento, no ano escolar de 1996-1997, na ilha do Corvo.

As alterações subsequentes ao diploma, designadamente as introduzidas pela aprovação da estrutura orgânica do sistema educativo regional, vieram determinar que a Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira integra todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico da rede pública localizados na ilha do Corvo.

Entretanto, tendo presente o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade e de forma a assegurar que os jovens corvinos possam cumprir o percurso escolar de forma integrada no seu lugar de residência, sem que se verifique portanto a necessidade de se ausentarem da sua ilha, determina-se agora o alargamento do ensino secundário na ilha do Corvo e a alteração da tipologia daquela escola, com o que se cumpre um dos objetivos estratégicos do Governo Regional.

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 89.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição, e ao abrigo dos n.os 2 e 3 do artigo 4.º, da alínea *b*) do artigo 5.º, e da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 6.º do Regime Jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 35/2006/A, de 6 de setembro, e n.º 17/2010/A, de 13 de abril, o Governo Regional decreta o seguinte:

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**

GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL

Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>

Correio electrónico: [gejo@azores.gov.pt](mailto:gejo@azores.gov.pt)

**JORNAL OFICIAL****Artigo 1.º****Objeto e âmbito**

1 - O presente diploma altera a tipologia da Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira, na ilha do Corvo, para Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

2 - A Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira é a unidade orgânica do sistema educativo regional que assegura o funcionamento do ensino básico, do ensino secundário, do ensino recorrente e da educação extraescolar no território por ela servida.

**Artigo 2.º****Transição de pessoal**

1 - O pessoal docente do quadro de nomeação definitiva da Escola Básica e Integrada Mouzinho da Silveira bem como o pessoal não docente afeto à mesma transita automaticamente para Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

2 - O quadro de pessoal docente da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira é o constante do mapa i anexo ao presente diploma e do qual faz parte integrante.

**Artigo 3.º****Dotação orçamental**

1 - As dotações orçamentais afetas à Escola Básica e Integrada Mouzinho da Silveira transitam, com dispensa de qualquer outra formalidade, para a Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

2 - As verbas orçamentadas no fundo escolar da Escola Básica e Integrada Mouzinho da Silveira, bem como todas as responsabilidades assumidas por aquele fundo, transitam para o fundo escolar da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

**Artigo 4.º****Revogação**

É revogado o artigo 19.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2007/A, de 13 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2009/A, de 5 de junho, e parcialmente revogado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2011/A, de 10 de agosto.

**Artigo 5.º****Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho do Governo Regional, na vila do Corvo, em 4 de maio de 2012.



# JORNAL OFICIAL

O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 1 de junho de 2012.

Publique-se.

O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, Pedro Manuel dos Reis Alves Catarino.

## MAPA I

(a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º)

Unidade orgânica: EBS Mouzinho da Silveira

EPE/1.º CEB

Ed. pré-escolar — 100	1.º ciclo ens. bás. — 110
-	2

### 2.º ciclo do ensino básico

Port/ES. Hist. — 200	Port. Francês — 210	Port. Inglês — 220	Matem. C. Nat. — 230	EVT — 240	Educ. Musical — 250	Educ. Física — 260
-	-	-	1	1	-	-

### Educação especial

Ed. Especial — 120	Ed. Especial — 700
-	-

### 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário

Port. — 300	Francês — 320	Inglês — 330	Hist. — 400	Filosofia — 410	Geog. — 420	Matem. — 500	Física Química — 510	Biolog. Geologia — 520	Inform. — 550	Artes Visuais — 600	Educ. Física — 620
1	1	1	2	-	-	1	1	1	-	-	1

**JORNAL OFICIAL****PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL****Declaração n.º 2/2012 de 20 de Junho de 2012**

A Resolução n.º 76/2012, de 6 de Junho, que autoriza a celebração de um contrato-programa, com carácter anual, entre a Região Autónoma dos Açores e a PJA – Pousadas de Juventude dos Açores, S. A. tendo em vista o desenvolvimento de programas e projetos relacionados com o Turismo Jovem nos Açores e de Ocupação de Tempos Livres dos Jovens, publicada no Jornal Oficial, I série, n.º 89, de 6 de junho de 2012, continha algumas incorreções, pelo que se republica na íntegra a referida resolução devidamente retificada:

**“Resolução n.º 76/2012, de 6 de junho**

Considerando que o Governo Regional tem desenvolvido um conjunto de medidas orientadas no sentido de promover programas de formação e ocupação do tempo livre dos jovens;

Considerando que os programas de ocupação dos tempos livres, da responsabilidade do Governo Regional, merecem, atualmente, o reconhecimento por parte dos jovens açorianos;

Considerando que o Governo Regional deve zelar pela conservação do seu património;

Considerando que a Região Autónoma dos Açores é acionista maioritária da empresa Pousadas de Juventude dos Açores, S.A. (PJA);

Considerando que a PJA detém experiência na gestão de unidades de pousada de juventude, bem como em mecanismos de facilitação do turismo jovem nos Açores;

Considerando que a PJA explora as pousadas de juventude de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Pico e São Jorge;

Considerando a possibilidade da PJA celebrar contratos programa com a Região Autónoma dos Açores para a prossecução das suas atribuições decorrentes do respetivo Estatuto;

Considerando que a PJA dispõe de capacidade jurídica e técnica para o exercício dos direitos e para o cumprimento das obrigações decorrentes quer do contrato-programa, quer dos consequentes contratos a celebrar na sequência deste;

Considerando que a PJA detém igualmente mecanismos que podem promover uma execução mais eficaz de algumas medidas previstas no Programa do Governo para a área da Juventude;

Considerando que a PJA pode ampliar a aplicabilidade dos programas existentes, promovendo uma melhor exploração dos mesmos, em estreita relação com o Governo Regional, através do departamento responsável pela área da Juventude;

Assim, nos termos das alíneas a), d) e e) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Conselho do Governo resolve:

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES****GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL**Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>Correio electrónico: [gejo@azores.gov.pt](mailto:gejo@azores.gov.pt)

**JORNAL OFICIAL**

1 - Autorizar a celebração de um contrato-programa, com carácter anual, entre a Região Autónoma dos Açores e a PJA – Pousadas de Juventude dos Açores, S. A. tendo em vista o desenvolvimento de programas e projetos relacionados com o Turismo Jovem nos Açores e de Ocupação de Tempos Livres dos Jovens; a manutenção dos edifícios das pousadas de juventude e a aquisição de equipamentos para a normal exploração das referidas unidades, entre outras iniciativas e/ou projetos.

2 - Aprovar a minuta do contrato-programa referido no número anterior, anexa à presente resolução, da qual faz parte integrante.

4 - Delegar no Vice-Presidente do Governo Regional e no Secretário Regional da Presidência os poderes necessários para, em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, outorgarem o contrato-programa anteriormente referido.

5 – Delegar no Secretário Regional da Presidência os poderes necessários para a execução do referido contrato-programa.

6 – Autorizar o Secretário Regional da Presidência a subdelegar poderes no Diretor Regional da Juventude para a referida execução, sempre que seja necessário;

7 - A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 31 de maio de 2012. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

**Minuta do Contrato-programa****ENTRE:**

-A primeira outorgante, REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, doravante designada por RAA, pessoa coletiva n.º 512047855, aqui representada pelo Dr. Sérgio Humberto Rocha de Ávila, na qualidade de Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, e pelo Dr. André Jorge Dionísio Bradford, na qualidade de Secretário Regional da Presidência, conforme poderes que lhe foram conferidos pela Resolução n.º 76/2012, de 6 de junho;

e

- A segunda outorgante, PJA – POUSADAS DE JUVENTUDE DOS AÇORES, S.A. doravante designada por PJA, com sede na Rua São Francisco Xavier, s/n.º, 9500-243 Ponta Delgada, freguesia de Matriz, concelho de Ponta Delgada, pessoa coletiva n.º 512042446, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, sob o mesmo número único de pessoa coletiva, com o capital social de € 74.819,73 euros (setenta e quatro mil oitocentos e dezanove euros e setenta e três cêntimos, neste ato devidamente representada por Sérgio Ferreira Cabral, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e por Jorge Miguel Correia Alves, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração.

**JORNAL OFICIAL**

Considerando que, nos termos dos respetivos estatutos, a PJA – POUSADAS DE JUVENTUDE DOS AÇORES, S.A., tem como objeto principal a gestão da exploração das Pousadas de Juventude dos Açores, nomeadamente, criar, promover e explorar pacotes de oferta turística para as pousadas, de forma a dinamizar a procura turística.

Considerando que, nos termos dos respetivos estatutos, a PJA poderá ainda exercer outras atividades que estejam relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto principal, designadamente a gestão comercial de produtos e/ou programas destinados à ocupação de tempos livres, formação e apoio à criatividade dos jovens.

Considerando que a PJA é uma sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos, estando por isso sujeita à disciplina do setor público empresarial regional, por via do disposto na al. a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março.

Considerando que, nos termos dos princípios consagrados no regime do setor público empresarial regional, as empresas públicas regionais deverão proporcionar aos cidadãos os serviços por si prestados, em condições financeiras equilibradas.

Considerando o artigo 93.º do Decreto Legislativo Regional 18/2008/A de 7 de julho, que define e regula os contratos-programa a estabelecer no âmbito da implementação das políticas de juventude.

Considerando que a atividade de exploração das Pousadas de Juventude e o aumento de atividades proporcionadas pela PJA não são autossustentáveis, gerando desequilíbrio financeiro para aquela.

Considerando a Resolução do Conselho de Governo n.º 76/2012 de 6 de junho;

É mutuamente aceite e reciprocamente acordado o contrato-programa que se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1.ª****Objeto**

O presente contrato-programa tem por objeto regular os termos em que se desenvolve a colaboração entre a RAA e a PJA, tendo em vista a exploração das pousadas da juventude e atividades conexas, designadamente, programas de formação e/ou de ocupação dos tempos livres, desenvolvimento de atividades de lazer, promoção de hábitos de vida saudável, apoio à criatividade dos jovens e outras atividades que visem o cumprimento de objetivos definidos para os jovens açorianos.

**CLÁUSULA 2.ª****Metas e Objetivos**

1.Tendo em vista a realização do objeto do presente contrato a PJA deverá proceder à exploração das Pousadas da Juventude, em termos financeiramente equilibrados, praticando

**JORNAL OFICIAL**

todos os atos necessários à gestão ordinária das mesmas, incluindo a conservação dos imóveis onde estas funcionam, e que são propriedade da RAA.

2. A PJA deverá assegurar ainda a cogestão ou gestão de programas e projetos de formação e ocupacionais para os jovens, em condições de ampla divulgação destes e máximo acesso por parte dos jovens, entre os quais os seguintes programas e/ou projetos:

- a) Verão em Movimento;
- b) Turismo jovem nos Açores;
- c) Ocupação do tempo livre;
- d) Ocupação dos Tempos Livres dos Jovens (OTLJ);
- e) Organização de eventos;
- f) Manutenção e exploração das instalações das pousadas de juventude de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Pico e São Jorge;
- g) Equipar as pousadas de juventude com os meios necessários para a sua normal exploração;
- h) Gerir campanhas de comunicação de projetos próprios e/ou da tutela respetiva;
- i) Desenvolver projetos de animação e promoção valores culturais;
- j) Implementar projetos de promoção da criatividade e do empreendedorismo;

3. É mutuamente reconhecido que o Governo Regional, através da tutela da Juventude, pode, no âmbito dos programas regulamentarmente estabelecidos, delegar na PJA a cogestão dos mesmos, incluindo a gestão de pagamentos devidos pela execução dos referidos programas.

4. Os programas e/ou projetos podem ter natureza regulamentar, serem parte integrante do estabelecido no programa do Governo ou serem objeto de projetos internos do departamento governamental com responsabilidade em matéria de Juventude.

5. De comum acordo a estabelecer com a tutela da juventude, a PJA poderá desenvolver outros programas/projetos que estejam no âmbito deste contrato.

6. Para a boa execução dos referidos programas e/ou projetos pode a PJA contratar, a título temporário ou permanente, os recursos necessários para atingir os objetivos descritos no presente contrato-programa.

7. Para a boa prossecução do descrito no número 2, a PJA pode partilhar recursos com os serviços da tutela da Juventude.

**JORNAL OFICIAL****CLÁUSULA 3.<sup>a</sup>****Obrigações da PJA**

Em cumprimento do disposto nas cláusulas anteriores, a PJA, nos termos do presente contrato, obriga-se a respeitar o disposto na legislação regional, nacional e comunitária bem como as orientações que lhe forem cometidas pelos membros do Governo Regional responsáveis pela juventude e pelas finanças, nomeadamente:

a) Para a realização das tarefas previstas no presente contrato-programa a PJA obriga-se a observar os procedimentos de contratação pública a que por lei estiver obrigada;

b) No cumprimento do presente contrato-programa a PJA adquire os direitos e assume as obrigações decorrentes dos atos e contratos celebrados pela RAA;

c) Cumprir com as orientações da tutela, nomeadamente as relacionadas com as obrigações decorrentes da aplicação de programas e/ou projetos;

d) Sujeitar-se à fiscalização, por parte da RAA, e prestar todas as informações que os membros do Governo Regional responsáveis pela juventude e pelas finanças lhe solicitarem.

**CLÁUSULA 4.<sup>a</sup>****Comparticipação financeira**

1. A RAA está obrigada a transferir para a PJA, qualquer verba no âmbito deste contrato, destinada a compensar o custo das ações referidas nas cláusulas 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>.

2. As verbas a que se refere o número anterior serão objeto de orçamento que acompanha e faz parte integrante do presente contrato, considerando-se aprovado com a sua assinatura.

3. O pagamento das verbas descritas no anexo I do presente contrato-programa, são processadas de acordo com o mapa de pagamentos a determinar pela tutela da juventude e de acordo com o cronograma de execução de cada um dos projetos e/ou programas contratualizados.

4. As verbas referidas no anexo I – tabela das receitas do contrato-programa –, correspondente à participação ORAA, serão pagas no ano de 2012.

5. No final do contrato, e no caso do saldo de gestão do contrato-programa apresentar um excedente ou défice em relação ao orçamento referido no número anterior, a parte devedora deverá compensar a outra, não podendo tal compensação exceder 25% do valor total do orçamento.

6. Por despacho conjunto dos membros do governo com responsabilidades em matéria de finanças e da juventude, pode o montante previsto de participação ser revisto sempre que,



**JORNAL OFICIAL**

quando devidamente justificado, tal valor se torne manifestamente excessivo ou insuficiente para permitir a boa execução do objeto do contrato.

7. Para a boa execução financeira do contratualizado, deve a tutela da juventude enviar à PJA o discriminativo da alocação das verbas descritas no anexo ao presente contrato-programa, autorizando-se a transferência de verbas entre ações de modo a garantir a execução plena dos objetivos propostos.

8. A existência de reforço de verbas por cada uma das ações deve obedecer, para além dos pressupostos legais vigentes, ao percentual máximo descrito no ponto 5.

9. A RAA obriga-se a ser solidariamente responsável na execução financeira de todos os contratos e negócios jurídicos abrangidos pelos termos deste contrato.

10. Em caso de resolução do presente contrato, nos termos previstos da Cláusula 9.<sup>a</sup>, a RAA reserva-se o direito de executar física e financeiramente e assumir todas as obrigações, ou em parte, que a PJA já tenha assumido perante terceiros.

**CLÁUSULA 5.<sup>a</sup>****Fiscalização**

1. A RAA pode acompanhar e fiscalizar o modo como a PJA, executa o presente contrato-programa.

2. O controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito do presente contrato, bem como da sua adequação aos fins propostos, será exercido através de avaliações e auditorias especializadas a realizar pela RAA ou por quem esta designar para o efeito.

3. A PJA obriga-se a prestar todas as informações e permitir a fiscalização de todas as entidades que, no âmbito do financiamento comunitário, forem consideradas como necessárias e convenientes, mantendo para o efeito um arquivo individualizado de todo o processo;

4. A PJA deve incluir no seu plano anual de atividades uma referência expressa ao estado de execução do presente contrato-programa.

**CLÁUSULA 6.<sup>a</sup>****Deveres especiais de informação**

1. A PJA obriga-se a prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela RAA, com a periodicidade que esta entender conveniente, relativamente à execução do presente contrato.

2. A PJA obriga-se ainda a elaborar e enviar à RAA relatórios semestrais e um relatório final sobre a execução deste contrato.

3. O relatório final a que se refere o número anterior deve ser elaborado nas condições e no prazo que para o efeito forem determinados pela RAA.

**JORNAL OFICIAL****CLÁUSULA 7.<sup>a</sup>****Modificações subjetivas do contrato**

A PJA não pode ceder, alienar, ou por qualquer forma onerar, no todo ou em parte, a sua posição jurídica no contrato-programa ou realizar qualquer negócio que vise atingir idêntico resultado sem prévio consentimento da RAA.

**CLÁUSULA 8.<sup>a</sup>****Cessação de vigência**

1.Salvo quando haja lugar a resolução pela RAA ao abrigo da cláusula seguinte, o presente contrato-programa manter-se-á em vigência até conclusão da gestão do programa que lhe serve de objeto.

2.O presente contrato-programa decorre até 31 de dezembro de 2012.

**CLÁUSULA 9.<sup>a</sup>****Resolução do contrato-programa**

1.A RAA pode resolver o contrato-programa quando a PJA o incumpra de forma grave ou reiterada ou se desvie dos seus objetivos.

2.A resolução do presente contrato-programa será comunicada à PJA, com uma antecedência mínima de 1 (um) mês, por carta registada com aviso de receção.

3.A resolução do contrato-programa, ao abrigo dos números anteriores, não confere à PJA o direito a qualquer indemnização.

**CLÁUSULA 10.<sup>a</sup>****Omissões**

Os casos omissos no presente contrato-programa serão objeto de acordo entre as partes.

**CLÁUSULA 11.<sup>a</sup>****Foro competente**

Os litígios emergentes do contrato-programa serão dirimidos por intermédio de arbitragem, por árbitro único, a funcionar em Ponta Delgada e nos termos da Lei Geral da Arbitragem Voluntária.

Não resultam quaisquer encargos diretos do presente contrato-programa, que possam ser considerados da responsabilidade da RAA.

O presente contrato é celebrado em dois exemplares originais, ficando um na posse da RAA e outro na posse da PJA.

**JORNAL OFICIAL**

O presente contrato é celebrado no interesse da RAA, estando por isso isento do imposto do selo, nos termos da alínea a) do artigo 5.º do Código do Imposto do Selo.

Ponta Delgada, .....de março de 2012

Pela REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores

---

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

O Secretário Regional da Presidência

---

André Jorge Dionísio Bradford

Pela PJA – POUSADAS DE JUVENTUDE DOS AÇORES, S.A.,

O Presidente do Conselho de Administração

---

Sérgio Ferreira Cabral

O Vogal do Conselho de Administração

---

Jorge Miguel Correia Alves

**ANEXO I**

DESPESAS CONTRATO-PROGRAMA	
Descriminação	Valor (€)
Despesas descritas nas clausulas 2º e 3ª	€ 441.900,00
<b>Total Despesas (Previsão)</b>	<b>€ 441.900,00</b>



# JORNAL OFICIAL

RECEITAS CONTRATO-PROGRAMA					
Descriminação					Valor (€)
Transferência ORAA 2012					
Capítulo	Divisão	Sub-divisão	Ação	Classificação económica	Montante
50	3	1	A	080101	€ 50.000
50	3	1	B	080101	€ 113.700
50	3	1	C	080101	€ 141.500
50	3	1	E	080101	€ 35.000
50	3	1	F	080101	€ 35.000
50	3	1	I	080101	€ 13.500
50	3	1	L	080101	€ 22.500
50	3	1	M	080101	€ 25.700
50	3	1	N	080101	€ 5.000
Total Receitas					€ 441.900

18 de junho de 2012. – O Chefe de Gabinete, *Luís Jorge de Araújo Soares*.

## PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

### Declaração n.º 3/2012 de 20 de Junho de 2012

A Resolução n.º 77/2012, de 6 de junho, que autoriza a celebração de um contrato programa entre a Região Autónoma dos Açores e a Pousadas de Juventude dos Açores, SA, destinado a promover a gestão do cartão Interjovem na operação 2012/2013, publicada no Jornal Oficial, I série, n.º 89, de 6 de junho, continha algumas incorreções, pelo que se republica na íntegra a referida resolução já devidamente retificada:

#### “Resolução n.º 77/2012, de 6 de junho

Considerando que o Governo Regional tem desenvolvido um conjunto de medidas orientadas no sentido de facilitar a mobilidade dos jovens nos Açores;

## PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL

Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>

Correio electrónico: [gejo@azores.gov.pt](mailto:gejo@azores.gov.pt)

**JORNAL OFICIAL**

Considerando que o cartão Interjovem, da responsabilidade do Governo Regional, merece, atualmente, o reconhecimento por parte dos jovens açorianos;

Considerando que o referido cartão é um mecanismo de mobilidade que, de igual modo, potencia o turismo jovem nos Açores;

Considerando que compete ao Governo Regional reforçar esses mecanismos de mobilidade, dando a possibilidade aos jovens açorianos para que possam, de forma facilitada, conhecer melhor as diferentes realidades das nossas ilhas;

Considerando que a Região Autónoma dos Açores é acionista maioritária da empresa Pousadas de Juventude dos Açores, doravante designada por PJA, S.A.;

Considerando que a PJA, S.A. detém experiência na gestão de unidades de pousada de juventude, bem como em mecanismos de facilitação do turismo jovem nos Açores;

Considerando a necessidade do cartão Interjovem evoluir nas suas diversas componentes, passando a ser mais abrangente;

Considerando que a PJA, SA, para a prossecução das suas atribuições, pode, nos termos dos seus Estatutos, celebrar contratos programa com a Região Autónoma dos Açores, através do Governo Regional;

Considerando que a PJA, SA, para além de capacidade jurídica, dispõe de capacidade técnica para o exercício dos direitos e para o cumprimento das obrigações decorrentes quer do contrato programa, quer dos contratos a celebrar em consequência deste;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar o conteúdo da minuta de contrato-programa aprovada pela Resolução do Conselho de Governo n.º 105/2011 de 12 de setembro de 2011;

Assim, nos termos das alíneas a), d) e e) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Conselho do Governo resolve:

1 – Autorizar a celebração de um contrato programa entre a Região Autónoma dos Açores e a Pousadas de Juventude dos Açores, SA, destinado a promover a gestão do cartão Interjovem na operação 2012/2013.

2 – Aprovar a minuta do contrato programa referido no número anterior, anexa à presente resolução, da qual faz parte integrante.

3 – Delegar no Vice-Presidente do Governo Regional e no Secretário Regional da Presidência os poderes necessários para, em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, outorgarem o contrato programa anteriormente referido.

4 – Delegar no Secretário Regional da Presidência os poderes necessários para a execução do referido contrato-programa.

**JORNAL OFICIAL**

5 – Autorizar o Secretário Regional da Presidência a subdelegar poderes no Diretor Regional da Juventude para a referida execução, sempre que seja necessário;

6 – A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 31 de maio de 2012. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

**Minuta do Contrato Programa****ENTRE:**

-A primeira outorgante, REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, doravante designada por RAA, pessoa coletiva n.º 512047855, aqui representada pelo Dr. Sérgio Humberto Rocha de Ávila, na qualidade de Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, e pelo Dr. André Jorge Dionísio Bradford, na qualidade de Secretário Regional da Presidência, conforme poderes que lhes foram conferidos pela Resolução n.º 77/2012, de 6 de junho;

e

- A segunda outorgante, PJA – POUSADAS DE JUVENTUDE DOS AÇORES, S.A. doravante designada por PJA, com sede na Rua São Francisco Xavier, s/n.º, 9500-243 Ponta Delgada, freguesia de Matriz, concelho de Ponta Delgada, pessoa coletiva n.º 512042446, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, sob o mesmo número único de pessoa coletiva, com o capital social de € 74.819,73 euros (setenta e quatro mil oitocentos e dezanove euros e setenta e três cêntimos), neste ato devidamente representada por Sérgio Ferreira Cabral, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e por Jorge Miguel Correia Alves, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração.

Considerando que, nos termos dos respetivos estatutos, a PJA – POUSADAS DE JUVENTUDE DOS AÇORES, S.A., tem como objeto principal a gestão da exploração das Pousadas de Juventude dos Açores competindo-lhe, nomeadamente, criar, promover e explorar pacotes de oferta turística para as pousadas, de forma a dinamizar a procura turística potencial.

Considerando que, nos termos dos respetivos estatutos, a PJA poderá ainda exercer outras atividades que estejam relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto principal, designadamente a gestão comercial de produtos e/ou programas destinados aos jovens.

Considerando que o programa Cartão INTERJOVEM é um programa que visa facilitar a mobilidade dos jovens dentro dos Açores através da emissão de um cartão que, designadamente, permite o acesso, em condições preferenciais e vantajosas, nas rotas disponibilizadas pelas empresas de transporte marítimo de passageiros Atlânticoline, SA e Transmaçor, SA, cuja gestão estava a cargo da RAA, através da Direção Regional da Juventude.

**JORNAL OFICIAL**

Considerando que a PJA – POUSADAS DE JUVENTUDE DOS AÇORES, S.A., mercê de uma longa experiência de atividades com os jovens e dispondo de meios técnicos e humanos, poderá gerir com eficácia o programa Cartão INTERJOVEM;

Considerando ainda que a gestão deste programa pela PJA – POUSADAS DE JUVENTUDE DOS AÇORES, S.A., constitui um ganho de sinergias em relação a outras atividades por si desenvolvidas no âmbito do seu objeto social.

Considerando a Resolução do Conselho de Governo n.º77/2012 de 6 de junho;

É mutuamente aceite e reciprocamente acordado o contrato-programa que se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1.<sup>a</sup>****Objeto**

O presente contrato-programa tem por objeto regular os termos em que se desenvolve a colaboração entre a RAA e a PJA tendo em vista a gestão do programa Cartão INTERJOVEM.

**CLÁUSULA 2.<sup>a</sup>****Metas e Objetivos**

1. Tendo em vista a realização do objeto do presente contrato, a PJA deverá praticar os atos jurídicos e demais operações materiais de gestão integral do programa Cartão INTERJOVEM, operação 2012/2013, designadamente: a. Gerir a emissão dos cartões; b. Gerir a distribuição dos cartões pelos agentes de venda que são, tipicamente, a rede de balcões de um banco de índole regional, a RIAC e os agentes de viagens; c. Assumir os encargos decorrentes dos descontos efetuados aos portadores do cartão Interjovem, sempre que isso se tornar necessário para uma melhor aceitação deste programa junto dos jovens; d. Definir e promover o cartão Interjovem, usando os meios necessários para o efeito; e. Coordenar a promoção publicitária do produto Interjovem; f. Gerir as vendas do cartão Interjovem; g. Controlar os pagamentos devidos à venda do Interjovem pelos agentes comerciais; h. Outras operações, com respetivos encargos, necessárias à operacionalização deste programa.

2. A PJA deverá assegurar a gestão do programa INTERJOVEM, de modo a que este cubra toda a população jovem elegível, assim como garantir a sua ampla divulgação e promoção para que este chegue aos potenciais destinatários, assegurando um amplo conjunto de benefícios.

3. De modo a atingir os objetivos definidos, pode a PJA contratar os recursos necessários para a boa prossecução do mesmo, partilhando-os com a tutela da juventude, sempre que tal se mostrar necessário para a boa gestão do cartão INTERJOVEM.

**JORNAL OFICIAL****CLÁUSULA 3.<sup>a</sup>****Obrigações da PJA**

Em cumprimento do disposto nas cláusulas anteriores, a PJA, nos termos do presente contrato, obriga-se a respeitar o que se encontrar disposto na legislação regional, nacional e comunitária bem como as orientações que lhe forem cometidas pelos membros do Governo Regional responsáveis pela juventude e pelas finanças, nomeadamente:

- a) Para a realização das tarefas previstas no presente contrato-programa a PJA obriga-se a observar os procedimentos de contratação pública a que por lei estiver obrigada;
- b) No cumprimento do presente contrato-programa a PJA adquire os direitos e assume as obrigações decorrentes dos atos e contratos celebrados pela RAA, relativamente a esta matéria;
- c) Sujeitar-se à fiscalização por parte da RAA e prestar todas as informações que os membros do Governo Regional responsáveis pela juventude e pelas finanças lhe solicitarem;

**CLÁUSULA 4.<sup>a</sup>****Comparticipação financeira**

- 1. A RAA está obrigada a transferir, para a PJA, qualquer verba, no âmbito deste contrato, destinada a compensar o custo das ações referidas nas cláusulas 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>.
- 2. As verbas a que se refere o número anterior serão objeto de orçamento que acompanha e faz parte integrante do presente contrato, considerando-se aprovado com a sua assinatura.
- 3. A verba referida no anexo I – tabela das receitas –, correspondente à participação ORAA, será transferida no ano de 2012.
- 4. No final do contrato, e no caso do saldo de gestão do programa apresentar um excedente ou déficit em relação ao orçamento referido no número anterior, a parte devedora deverá compensar a outra, não podendo tal compensação exceder 25% do valor total do orçamento.
- 5. Por despacho conjunto dos membros do governo com responsabilidades em matéria de finanças e da juventude, pode o montante previsto de participação ser revisto sempre que, quando devidamente justificado, tal valor se torne manifestamente excessivo ou insuficiente para permitir a boa execução do objeto do contrato.
- 6. A RAA obriga-se a ser solidariamente responsável na execução financeira de todos os contratos e negócios jurídicos abrangidos pelos termos deste contrato.
- 7. Em caso de resolução do presente contrato, nos termos previstos da Cláusula 9.<sup>a</sup>, a RAA reserva-se o direito de executar física e financeiramente e assumir todas as obrigações, ou em parte, que a PJA já tenha assumido perante terceiros.



**JORNAL OFICIAL****CLÁUSULA 5.<sup>a</sup>****Fiscalização**

1. A RAA pode acompanhar e fiscalizar o modo como a PJA executa o presente contrato-programa.
2. O controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito do presente contrato bem como da sua adequação aos fins propostos será exercido através de avaliações e auditorias especializadas a realizar pela RAA ou por quem esta designar para o efeito.
3. A PJA obriga-se a prestar todas as informações e permitir a fiscalização de todas as entidades que, no âmbito do financiamento comunitário, forem consideradas como necessárias e convenientes, mantendo para o efeito um arquivo individualizado de todo o processo;
4. A PJA deve incluir no seu plano anual de atividades uma referência expressa ao estado de execução do presente contrato-programa.

**CLÁUSULA 6.<sup>a</sup>****Deveres especiais de informação**

1. A PJA obriga-se a prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela RAA, com a periodicidade que esta entender conveniente, relativamente à execução do presente contrato.
2. A PJA obriga-se ainda a elaborar e enviar à RAA relatórios semestrais e um relatório final sobre a execução deste contrato.
3. O relatório final a que se refere o número anterior deve ser elaborado nas condições e no prazo que para o efeito forem determinados pela RAA.

**CLÁUSULA 7.<sup>a</sup>****Modificações subjetivas do contrato**

A PJA não pode ceder, alienar, ou por qualquer forma onerar, no todo ou em parte, a sua posição jurídica no contrato-programa ou realizar qualquer negócio que vise atingir idêntico resultado, sem prévio consentimento da RAA.

**CLÁUSULA 8.<sup>a</sup>****Cessação de vigência**

1. Salvo quando haja lugar a resolução pela RAA ao abrigo da cláusula seguinte, o presente contrato-programa manter-se-á em vigência até conclusão da gestão do programa que lhe serve de objeto.
2. O presente contrato-programa vigora para a operação 2012/2013 do cartão Interjovem, ou seja, até 31 de dezembro de 2013.

**JORNAL OFICIAL****CLÁUSULA 9.<sup>a</sup>****Resolução do contrato programa**

1. A RAA pode resolver o contrato-programa quando a PJA o incumpra de forma grave ou reiterada ou se desvie dos seus objetivos.
2. A resolução do presente contrato-programa será comunicada à PJA, com uma antecedência mínima de 1 (um) mês, por carta registada com aviso de receção.
3. A resolução do contrato-programa, ao abrigo dos números anteriores, não confere à PJA o direito a qualquer indemnização.

**CLÁUSULA 10.<sup>a</sup>****Omissões**

Os casos omissos no presente contrato programa serão objeto de acordo entre as partes.

**CLÁUSULA 11.<sup>a</sup>****Foro competente**

Os litígios emergentes do presente contrato programa serão dirimidos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Círculo de Ponta Delgada.

Não resultam quaisquer encargos diretos do presente contrato programa que possam ser considerados da responsabilidade da RAA.

O presente contrato é celebrado em dois exemplares originais, ficando um na posse da RAA e outro na posse da PJA.

O presente contrato é celebrado no interesse da RAA, estando por isso isento do imposto do selo, nos termos da alínea a) do artigo 5.º do Código do Imposto do Selo.

Ponta Delgada, .....de maio de 2012

Pela REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores

---

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

O Secretário Regional da Presidência

---

André Jorge Dionísio Bradford

Pela PJA – POUSADAS DE JUVENTUDE DOS AÇORES, S.A.,



# JORNAL OFICIAL

O Presidente do Conselho de Administração<sup>18</sup>

Sérgio Ferreira Cabral

O Vogal do Conselho de Administração

Jorge Miguel Correia Alves

## ANEXO I

DESPESAS	
Descriminação	Valor (€)
Compensações às empresas operadoras do transporte marítimo de passageiros Atlânticoline e Transmaçor (1)(2)	430.000,00
Outras Despesas de operação	20.000,00
Operação 11/12	450.000,00
<b>Total</b>	<b>450.000,00</b>
<b>Total Despesas</b>	<b>450.000,00</b>

RECEITAS	
Descriminação	Valor (€)
Receitas IJ (3)	425.000,00
Transferência ORAA 2011 (4)	25.000,00
<b>Total Receitas (5)</b>	<b>450.000,00</b>

(1) Os valores apurados correspondem à compensação máxima devida à Atlânticoline e à Transmaçor, pelo facto de efetuarem um tarifário especial (€ 5 por percurso) dentro das rotas operadas;

(2) – De acordo com o descritivo a estabelecer entre a PJA e as empresas referidas;

(3) – Previsão de receitas efetuada com base na venda estimada de 9850 cartões Interjovem;

(4) – O montante será processado através do Capítulo 50, Divisão 03, Subdivisão 01, Ação B (Apoio e incentivo à mobilidade dos jovens); Classificação económica 08.01.01;

(5) – O diferencial previsto deve ser analisado ao abrigo dos pontos 4. e 5. da cláusula 4.<sup>a</sup> do contrato-programa.

18 de junho de 2012. – O Chefe de Gabinete, *Luís Jorge de Araújo Soares*.

**JORNAL OFICIAL****S.R. DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL, S.R. DA SAÚDE**

Portaria n.º 65/2012 de 20 de Junho de 2012

Considerando a necessidade de alterar o modelo do certificado de incapacidade para o trabalho por estado de doença (CIT) aprovado pela Portaria n.º 45/2011, de 17 de junho;

Manda o Governo Regional, pela Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social e pelo Secretário Regional da Saúde, nos termos da alínea a) do artigo 13.º e da alínea a) do artigo 14.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2008/A, de 31 de dezembro, o seguinte:

**Artigo 1.º****Modelo do CIT**

O modelo constante do anexo à Portaria n.º 45/2011, de 17 de junho é substituído pelo modelo constante do anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante.

**Artigo 2.º****Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretarias Regionais do Trabalho e Solidariedade Social e da Saúde.

Assinada em 14 de junho de 2012.

A Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, *Ana Paula Pereira Marques*.  
- O Secretário Regional da Saúde, *Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia*.



## Anexo



CERTIFICADO DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA  
PARA O TRABALHO

Região Autónoma dos Açores

[illegible]



Região Autónoma dos Açores

**CERTIFICADO DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA  
PARA O TRABALHO**

CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO		PERÍODO DE INCAPACIDADE/IMPEDIMENTO		PERMANÊNCIA NO DOMICÍLIO (Em caso de incapacidade por doença do beneficiário)
Doença natural	<input type="checkbox"/> DN	<input type="checkbox"/> Inicial	<input type="checkbox"/> Prorrogação	O doente só pode ausentar-se do domicílio para tratamento. Em casos devidamente fundamentados o médico pode autorizar a ausência no período das 11 às 15h e das 18 às 21h.
Doença direta	<input type="checkbox"/> DD	Data de início		
D.L. nº 28/2004 (Artº 16.º nº 3)	<input type="checkbox"/> T	Data do termo		AUTORIZAÇÃO
Assistência a familiares	<input type="checkbox"/> AF	Nº de dias		
Doença profissional	<input type="checkbox"/> DP			Rubrica do Médico
Acidente de trabalho	<input type="checkbox"/> AT			
Gravidez de risco clínico (*)	<input type="checkbox"/> RC			
Cod. Trabalho (Artº 38.º) (*)	<input type="checkbox"/> IG			
Internamento	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
Cirurgia de ambulatorio	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			

Mod. 141.10


**CERTIFICADO DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA  
PARA O TRABALHO**

Região Autónoma dos Açores

## Identificação e Declaração do Médico / Médico Dentista

NOME DO MÉDICO \_\_\_\_\_ portador da Cédula Profissional N.º \_\_\_\_\_  
 N.º \_\_\_\_\_ emitida pela respetiva Ordem, declara por sua honra profissional que observou a pessoa abaixo indicada, cuja identidade confirmou, tendo verificado que a mesma se encontra em estado de:  
☐ doença incapacitante para a sua atividade profissional ☐ impedimento para o trabalho das beneficiárias grávidas(\*)  
☐ exigindo cuidados inadiáveis o imprescindíveis

## Identificação do Beneficiário (1)

N.º Identificação de Seg. Social \_\_\_\_\_ Data de Nascimento \_\_\_\_\_  
 (ano) (mês) (dia)

Nome \_\_\_\_\_

(1) Se for avô/avo/equiparado do familiar doente: N.º Identificação de Seg. Social do progenitor impedido de prestar assistência

\_\_\_\_\_

## Identificação do Familiar Doente

N.º Identificação de Seg. Social \_\_\_\_\_ Data de Nascimento \_\_\_\_\_  
 (ano) (mês) (dia)

Nome \_\_\_\_\_

Parentesco com o beneficiário ☐ Filho / Equiparado ☐ Tutelado ☐ Enteadado

☐ Neto / Equiparado ☐ Outro \_\_\_\_\_

## Elementos Relativos ao Estado de Doença / Impedimento

CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO	PERÍODO DE INCAPACIDADE/IMPEDIMENTO	PERMANÊNCIA NO DOMÍLIO (Em caso de incapacidade por doença do beneficiário)
Doença natural <input type="checkbox"/> DN	<input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Prorrogação	O doente só pode ausentar-se do domicílio para tratamento. Em casos devidamente fundamentados o médico pode autorizar a ausência no período das 11 às 15H e das 18 às 21H.
Doença direta <input type="checkbox"/> DD		
D.L. n.º 28/2004 (Art.º 16.º n.º 3) <input type="checkbox"/> T	Data de início _____ (ano) (mês) (dia)	AUTORIZAÇÃO _____ _____ _____
Assistência a familiares <input type="checkbox"/> AF		
Doença profissional <input type="checkbox"/> DP	Data do termo _____ (ano) (mês) (dia)	
Acidente de trabalho <input type="checkbox"/> AT		
Gravidez de risco clínico (?) <input type="checkbox"/> RC		
Cod. Trabalho (Art.º 38.º) (?) <input type="checkbox"/> IG	N.º de dias _____ (dias) (confirmar o n.º de dias por extensão)	
Internamento <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Rubrica do Médico _____
Cirurgia de ambulatório <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		

## Autenticação

A informação clínica que fundamenta o presente certificado está anotada e guardada no processo clínico.

CARIMBO/ETIQUETA DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	Local de Arquivo/ N.º de Processo _____ Data _____ (ano) (mês) (dia) ASSINATURA DO MÉDICO _____	CARIMBO/VIÑETA DO MÉDICO
--	---	--------------------------

ESTA CÓPIA DESTINA-SE A SER APRESENTADA À ENTIDADE PATRONAL

Mod. 141.10